

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Professor da Universidade de Coimbra

RELIGIÃO E CULTURA NA ÉVORA DOS ROMANOS



ÉVORA

1987

Separata de "A Cidade de Évora" n.ºs 69-70,
1986-1987, pp. 5-19

RELIGIÃO E CULTURA NA ÉVORA DOS ROMANOS

— por JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Universidade de Coimbra

A GUIA DE APRESENTAÇÃO

Quis a Câmara Municipal de Évora — através do Núcleo do seu Centro Histórico — patrocinar a minha participação na mesa-redonda internacional que reuniu, na cidade francesa de Bordéus, nos dias 8 e 9 de Dezembro de 1988, cerca de trinta especialistas em história romana da Península Ibérica. Sob a égide da Maison des Pays Ibériques, organizadora do encontro, estiveram presentes investigadores espanhóis, franceses, canadianos e portugueses.

O tema escolhido foi «As cidades da Lusitânia romana: hierarquia e territórios»; o objectivo fixado, o de fazer o ponto da situação acerca do que a investigação — histórica, arqueológica e epigráfica — lograra concluir a respeito de cada uma das mais importantes cidades do território peninsular outrora ocupado pela província romana da Lusitânia, cujos limites, aliás, se procuraram definir melhor, à luz das mais recentes descobertas.

Évora — que foi, ao tempo dos Romanos, designada de *Liberalitas Iulia*, «a liberdade de Júlio» César — não poderia, pois, deixar de figurar no encontro. O Dr. Jean-Pierre Bost, da Universidade de Bordéus, por exemplo, estudou a difusão das moedas cunhadas em Évora nos começos do século I da nossa era. Da minha parte, como me debruçara, não havia muito tempo, sobre os monumentos romanos com inscrições achados na cidade e no seu termo, procurei dar uma ideia das informações que esses monumentos fornecem acerca das crenças e do grau de cultura da população nessa época habitante na região. É essa comunicação que se reproduz aqui, com as alterações requeridas pela necessidade de me dirigir, agora, a um público desajeitado numa linguagem especializada em demasia. A versão integral foi incluída nas actas da mesa-redonda. Aqui deixamos de parte, nomeadamente, a discussão de pormenores interpretativos que só aos especialistas interessam. Também não são coincidentes as fotografias que ilustram uma e outra das versões.

Depois de aludir às dificuldades que um estudo deste género comporta, refiro-me às inscrições que os Romanos deixaram em honra das suas divindades, para, num segundo capítulo, falar do grau de cultura da população romana eborense. Dois pontos me merecem, depois, especial atenção: a existência em Évora, de um colégio funerário sob a invocação de uma divindade grega, Némesis; e, em segundo lugar, a primeira prova documental de que houve em Évora um teatro romano, cujas ruínas, porém, ainda estarão por identificar sob a malha urbana da cidade. Esta é, seguramente, a maior novidade deste trabalho.

Antes de terminar, cumpre-me agradecer: à Câmara Municipal de Évora, o patrocínio concedido para a deslocação a Bordéus; ao Doutor Jorge de Alarcão, os comentários que teve a amabilidade de fazer à primeira redacção do texto; a Arne-Marie Demailly (do Centre Pierre Paris), as informações acerca de *subsellarius* e *subsellium*; a Guilherme Cardoso, as fotografias dos monumentos estudados; a Severino Rodrigues, o desenho reconstitutivo da inscrição de Philon.

Cascais, Janeiro de 1989.

INTRODUÇÃO

Os sessenta e seis textos epigráficos identificados, até ao momento, em Évora e no seu termo (os vizinhos concelhos de Arraiolos, Coruche, Montemor-o-Novo, Reguengos, Portel e Viana do Alentejo) permitem retirar algumas conclusões acerca das divindades aí veneradas ao tempo dos Romanos, bem como do grau de cultura patenteado nesses monumentos.

Na canalização de chumbo, exumada em recentes escavações numa casa da Rua da Alcárcova de Cima, foi encontrada a confirmação da primeira designação oficial do município: LIB(*eralitas*) . IVL(*ia*) (foto 1). Os frescos de vermelho pompeiano, com algum grafito aqui e além, que adornam essa casa, ilustram o requinte da vida urbana nos primórdios da ocupação romana; os achados arquitectónicos de São Manços, povoação situada a escassos vinte quilómetros a sudeste da cidade, designadamente o que parece ser um imponente mausoéu datável do Baixo Império, mostram que o florescimento económico e cultural aí perdurou longo tempo.

Dois problemas metodológicos se colocam a quem deseje estudar a epigrafia de Évora: o da proveniência das epígrafes e, para aqueles textos de que apenas resta notícia literária, o da sua autenticidade.

Na realidade, boa parte das peças epigrafadas romanas guardadas actualmente no Museu Regional da cidade integrou a chamada «coleção Cenáculo», acervo arqueológico que o arcebispo Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) foi reunindo, ao longo da sua vida, quer durante a sua estada em Lisboa, ao tempo do Marquês de Pombal, quer como bispo de Beja (a partir de 1770) ou, ainda, como arcebispo de Évora (de 1802 em diante). Nessa coleção, havia de tudo (esculturas romanas e medievais, vasos cerâmicos e de metal, fragmentos arquitectónicos, textos em escrita ibérica, inscrições romanas, epitáfios cristãos, letreiros árabes . . .) e da mais variada proveniência, nem sempre expressa nos álbuns que cuidadosamente desenhou e que viria a doar à Biblioteca Pública eborense.

Outras peças vieram, pouco a pouco, enriquecer esta secção lapidar do museu, mas nem sempre houve o cuidado de se registar o seu local de achamento, de forma que chegaram a considerar-se de Beja e de Évora epígrafes levadas de Lisboa. Por isso também que, ao estudar os monumentos epigráficos da cidade de Évora (IRCP 373-436, p. 441-516), tenha sido de certo modo forçado a incluir entre eles vários existentes no museu mas de que por completo se desconhecia a proveniência.

O mesmo se terá passado com outros objectos arqueológicos. A escul-

tura romana, feita de mármore, representando a cabeça de um homem com capacete, achada numa lixeira da cidade, foi «provavelmente feita na Itália e importada para Portugal» (Daehnar, *lit* 1987, p. 24, n.º 348). Mas em que época? No tempo da ocupação romana? No Renascimento? Na actualidade?

A referência ao Renascimento leva-nos à outra questão: o das falsificações, que tiveram em André de Resende (1498-1573) um dos mais sábios mestres. Discuti já o valor de algumas dessas epígrafes (IRCP, p. 442-445), baseando-me, sobretudo, nas características textuais e no contexto, geralmente encomiástico, em que elas foram apresentadas por Resende na sua obra. E se a exclusão da dedicatória funerária a Gaius António Flavino, hoje conservada no museu (foto 2), parece pacífica, o mesmo não se dirá do monumento que memora uma pretensa homenagem à fláminia Labéria Gala feita por cinco dos seus libertos. Aliás, todas essas alusões às antiguidades históricas da Lusitânia feitas pelos autores de Quinhentos merecem aturado estudo histórico-arqueológico . . .

I

A RELIGIÃO

Dos textos conservados só uma dezena são votivos.

AS DIVINDADES CLASSICAS

Desses, apenas uma ara (IRCP 373, n.º 1835 do Museu Regional) foi dedicada a Júpiter Ótimo Máximo, mas, além de o monumento estar incompleto e o seu texto quase ilegível, nele é detectável, devido à presença do jarro e da pátera como elementos decorativos nas faces laterais, uma notória conotação funerária. O facto de lhe ser desconhecida a proveniência retira-lhe, por outro lado, grande parte do seu valor documental.

Numa outra ara, que considerei proveniente dos arredores da cidade (S. Bento do Mato, freguesia de Azaruja — IRCP 375), venera-se a deusa *Salus*. O contexto rural do seu aparecimento, ainda que ligado a uma tradição de culto mantida pela ermida local, leva-me a pensar que o monumento terá pertencido à *villa* que a família *Canidia*, da ordem senatorial (cf. IRCP 381), aí possuiria. O ex-voto é feito pela saúde de Acílio Rufino, tal como um outro ex-voto, procedente de importante *villa* dos arredores de Beja (Pax Iulia, ao tempo dos Romanos), foi dedicado por um escravo, *Catulus*, pela saúde do seu senhor, *G. Atilius Cordus* (IRCP 290). Tanto num como noutro caso, a manifestação religiosa enquadra-se, pois, no âmbito psicológico individual.

Estes, em Évora e no seu termo, os dois testemunhos conhecidos do culto a divindades incluíveis no panteão romano clássico. Talvez nesse grupo se devesse integrar igualmente a divindade honrada, numa ara de que apenas resta a metade inferior, por um *Severus, eques romanus* (IRCP 376); mas à falta do teónimo alia-se a falta de garantia de que provenha da cidade. O pequeno touro de bronze com inscrição verosimilmente votiva, que García y Bellido viu na Colecção Calzadilla, de Badajoz, e que diz ser proveniente das cercanias

de Évora (cf. IRCP 377), não traz nome de divindade e, pelo carácter vago do seu achamento, não pode ser tido em consideração. A CIL II 5200 (=IRCP 378) também faltaria o teónimo; a circunstância de proceder das ruínas do templo ao culto imperial — tal como a igualmente incompleta IRCP 379 (foto 3) — conferir-lhe-ia um valor documental relevante.

AS DIVINDADES INDÍGENAS

Dos deuses indígenas, escassos testemunhos restam também: uma ábula a *Sanctus Runesus Cesi* (se é esta a boa leitura — cf. IRCP 374) e três epígrafes a *Carneus Calanticensis* (IRCP 410-412).

De *Runesus Cesi* nada se poderá adiantar, enquanto outros documentos epigráficos mais evidentes e esclarecedores se não encontrarem.

Quanto a *Carneus Calanticensis*, que identifiquei como a divindade honrada em santuário próprio, de que ainda hoje restam elementos arquitectónicos na vizinha Santana do Campo, Arraiolos (cf. IRCP 800), merecerá doravante uma atenção particular. Primeiro, porque parece ser a divindade tutelar dos *Calanticensis*, porventura sediados no território da actual Santana do Campo; depois, porque o epíteto *Carneus* sugere uma relação com a criação de gado, dadas as possibilidades de aproximação com o deus *Karneos* dos Dórios, divindade protectora dos rebanhos, assim como com o deus gaulês *Cernunnos*, favorável à multiplicação dos seres vivos na natureza (IRCP, p. 489). Além disso, o facto de as epígrafes apresentarem o teónimo em sigla, a diversidade étnico-social dos dedicantes (uma mulher que se identifica à maneira latina, um escravo e um indígena) e o classicismo formal dos formulários — tudo isso aponta para uma grande popularidade deste culto.

II

A CULTURA

A epigrafia funerária de Évora dá conta, nitidamente, da coexistência (e da interpenetração) de duas culturas; uma de raiz indígena, patente na onomástica e na utilização da estela; outra, de raiz urbana, mais culta, que prefere a placa ou a ara de requintada decoração simbólica ou mesmo a cupa de eloquente recorte e (até) decoração; a cupa de Alcáçovas (IRCP 427), por exemplo, tem gravados peixes (foto 4) e objectos rituais.

Notável, nesse aspecto da decoração, é o monumento a Canídia Albina (IRCP 381); bastará ver a elegância e o fino recorte do gomil esculpido em relevo na sua face lateral esquerda (foto 5).

Há claros testemunhos também de imponentes mausoléus com epígrafes à boa maneira clássica: a por de mais conhecida placa dos *Iulii* proprietários da *villa* de Tourega, perto da cidade (IRCP 382) ou a placa de Cornélia Máxima (IRCP 393), com quase 90 cm. de comprimento e 60 de altura, moldura decorada com folhas de acanto estilizadas, visivelmente destinada a amplo jazigo.

A análise dos textos possibilita, por seu turno, uma maior distinção entre esses dois níveis culturais.

E se se deve destacar a adopção de uma onomástica de fortes conotações mítico literárias *Letoides* (IRCP 431), *Menelaus* (IRCP 429), *Musa* (IRCP 433), *Phiale* (IRCP 394) . . . e o uso de fórmulas eruditas como *quae fata concesserunt vivere* . . . (IRCP 430) — não menos interessante, do ponto de vista cultural, é debruçarmo-nos sobre uma ara como a de *Iunia Tyche* (foto 6 — IRCP 399), de concepção clássica na sua tipologia mas plena de erros na paginação (má divisão das sílabas, utilização da moldura para a última linha) e na própria grafia (I em vez de E, TERRA com um só R), Ou sobre a estela (IRCP 416), não aparelhada — que dato dos primórdios do séc. I da nossa era — e que traz este curioso texto (foto 7):

Apano
Cilei f.
hic situs e(s)t
statuerunt
serores [sic] et vidua.

Aqui jaz Apanão, filho de Cileu. Erigiram as irmãs e a viúva.

Tive ocasião de chamar já a atenção para o facto de este ser, em minha opinião, um claro vestígio da transposição para a linguagem epigráfica (ainda não totalmente assimilada) dos dados da fala quotidiana:

- a) a fórmula funerária por extenso tal como se pronunciava;
- b) a adopção de uma forma verbal (*statuerunt*) certamente mais usada e mais adequada até do que o erudito *faciendum curaverunt*;
- c) a dissimilação *serores* aponta também para a oralidade;
- d) e creio possível considerar o termo *vidua* muito mais real do que *coniunx*, *ma ita* ou *uxor*, que a linguagem epigráfica consagrará;
- e) justificando-se, ainda, o anonimato das dedicantes porque mais sincero.

Neste domínio da linguagem epigráfica e sua relação com o suporte ocorre, ainda, chamar a atenção para a árula funerária guardada no Museu Regional (n.º 1709).

Primeiro, devido à sua decoração lateral (foto 8): sobre um eixo vertical em relevo, que ocupa praticamente toda a altura do fuste, foram esculpidas três rosetas quadripétalas bem espaçadas, estando as do exterior unidas a dois folíolos que pendem ondulantes, simetricamente, um de cada lado.

Ora contrastando com esta decoração está o texto (foto 9): a dedicação fúnebre é feita por *Po(mpeia?) Phiale* ao marido, *L. F(abius?) Elicon*, falecido aos noventa e cinco anos.

O interesse reside no facto de, num texto com elevados índices culturais — patentes, por exemplo, na adopção de cognomes gregos, um dos quais (*Phiale*) retirado da mitologia (é designação de uma das ninfas de Diana) — exactamente esses cognomes se apresentarem mal escritos: *Elicon* sem H e *Phiale* com o H no fim.

Bastem-nos estes exemplos para assinalar a referida interpenetração cultural, mais fácil de assimilar a nível material (no âmbito da adopção das tipologias) do que na esfera da linguagem escrita.

III

UM COLÉGIO FUNERÁRIO

O monumento a que ora me vou referir (IRCP 390) foi identificado, por volta de 1870, junto ao edifício da Misericórdia, incorporado na muralha romana da cidade. Tendo dado entrada no Museu Regional, ali se conserva (n.º de inventário: 1823).

Trata-se de uma ara funerária, feita de mármore cinzento de Triga-ches com 73 cm de altura; sobre a cornija, um fóculo amplo, ladeado por dois toros lisos de voluta em relevo no topo (foto 10).

A primeira referência à epígrafe é feita por Hubner, no suplemento ao CIL II (n.º 5191), com base num decalque enviado por Gabriel Pereira, o qual, de resto, a publicara já, com o n.º 14, no 'catálogo' das inscrições do «Museu-Cenáculo» que inserira na 1.ª parte dos seus *Estudos Eborenses* (Évora, 1886-1894, p. 15-24).

A INSCRIÇÃO

Hubner lê correctamente a identificação do defunto, *T. Calleus Marcianus*, falecido com vinte anos de idade. Sobre o gentílico *Calleus* opina que é «gentile», inálgena, no que é seguido por García y Bellido (1967, 92) — afirmação que contestei: este *nomen*, que deverá grafar-se correctamente com *ae* (*Callaeus*), surge em Tavira (IRCP 86) num contexto que nada tem de indígena e pode, inclusive, reconstituir-se noutra epígrafe guardada no Museu Regional de Évora mas de proveniência desconhecida (IRCP 386).

Como dedicante, considera Hubner a sobrinha (*sobrina*) do defunto, *Cas(sia) Marcella* assim como os *amici nemesiaci*, um colégio a que, segundo informação que lhe fora dada por Hirschfeld, Gothofrædum teria feito referência ao comentar uma passagem (XIV 7, 3) do Código de Teodósio. Trata-se da informação de que, em 412, os imperadores Honório e Teodósio chamaram a atenção de alguns colégios religiosos — entre os quais os *nemesiaci*, os *signiferi* e os *cantabrarii* — para a necessidade de cumprirem os seus deveres.

Na l. 8, Hubner lê EXLAPIDESNII, com um travessão a encimar o N, comentando lateralmente *sic*, como quem diz «sobre isto nada sei dizer», o que, de facto, se confirma pela análise dos índices, onde o epigrafista a emão não inclui o vocábulo *lapides*.

Na moldura da base da ara está gravada a palavra EMESIACI.

Assim, um estudo do monumento deve visar: primeiro, identificar a dedicante; segundo, investigar o conteúdo da expressão *amici nemesiaci*; terceiro, decifrar a l. 8; e, por último, dar uma explicação para a repetição do vocábulo *NEMESIACI* na base.

A generalidade dos autores seguiu Hubner e leu, na l. 5, a palavra SOBRIN(A), tendo à conta de lapsos do lapicida ou do paginador a colocação indevida do ponto, o esquecimento da perna do R e a omissão do A final.

Ora, parecem-me «lapsos» a mais e, atendendo a que não há no texto pontos entre as sílabas e existia espaço para o A, li simplesmente SOB. PIN.

A dificuldade residia, pois, na interpretação desta fórmula um tudonada cabalística. Mas não se estava perante uma confraria religiosa, cujos rituais fúnebres decerto se revestiriam de um certo secretismo? *Sob* poderá estar em vez de *sub*, mas não encontrei, ainda, outro exemplo que esta hipótese confirme. Por outro lado, vocábulos começados por *pin-*, eventualmente enquadráveis neste contexto, só *pinax*, «quadro», «pintura»; *pinus*, com o sentido de coroa de pinheiro; ou o adjectivo *pinguis* usado, por exemplo, na expressão *pingues arae*, altares banhados de sangue. *Pinax* poderia referir-se, por exemplo, ao retrato do morto e, nesse caso, a dedicatória estaria colocada *sub pinacem*. A referência à coroa de pinheiro também seria aceitável, uma vez que a deposição de grinaldas de flores e de plantas é hábito ainda hoje corrente. Algo relacionado com um sacrifício cruento igualmente não seria estranho, se pensarmos que se trata — como veremos — de confraria posta sob a protecção de uma divindade oriental, Némesis. De qualquer modo, segundo o que muito claramente se lê na epígrafe, SOBRINA é hipótese a rejeitar.

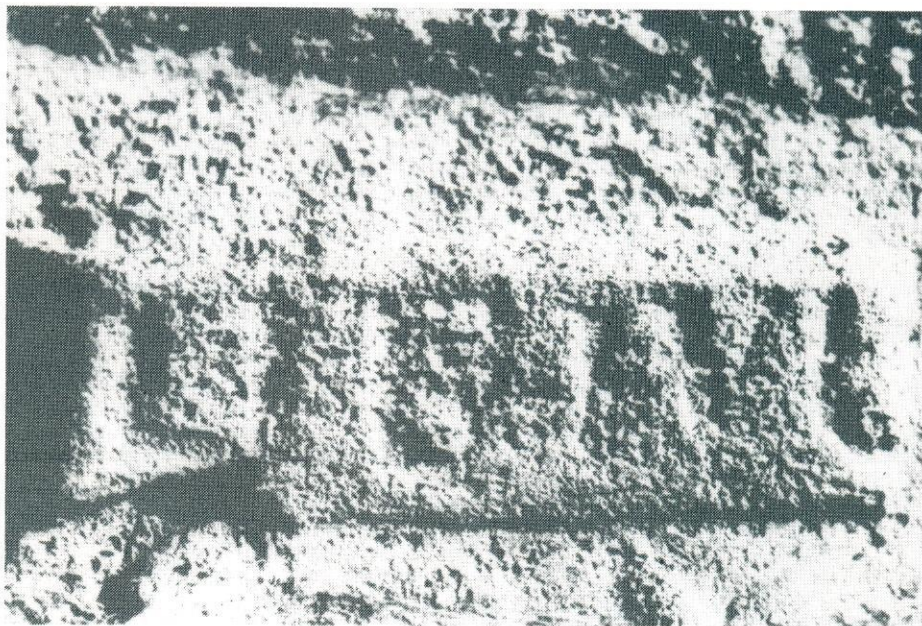
Não há dúvida que foi Cássia Marcela quem mandou fazer — *faciendum curavit* — o monumento. Mas a ela se associaram de modo muito especial os *amici nemesiaci*: esse deve ser o sentido da conjunção *item*, porque, doutra sorte, ter-se-ia usado simplesmente *et*. Ocorre, por conseguinte, perguntar: qual terá sido a contribuição desses *amici*? A resposta reside na interpretação da l. 8: *ex lapide s(estertii) n(ummi) II*. A palavra *lapis* significa, nas inscrições, ora o sepulcro ora a pedra escrita que o cobre. Como, por outro lado, o N tem por cima o travessão indicativo de abreviatura, há que ler *s(estertii) n(ummi) II*. Os dois sestércios a que se faz referência serão, portanto, a contribuição dos *amici*: o custo do monumento pago por todos ou a quota com que cada um entrou para a sua aquisição. A primeira hipótese é, seguramente, a mais viável.

Esta problemática prende-se com o chamado *funeraticium*, soma que a confraria pagava aos herdeiros do membro falecido a fim de que lhe fossem prestadas as honras fúnebres ou construído o sepulcro. Outras vezes seria o próprio colégio que disso se poderia encarregar, como parece ser o caso do epítáfio procedente de Itália que se guarda no Museu Arqueológico de Sevilha: o sepulcro para um tal Júlio, de sessenta anos, foi erigido numa superfície de doze pés pelo colégio com o *funeraticium* por ele legado.

OS AMICI NEMESIACI

Resta, agora, recordar quem eram os *amici nemesiaci*.

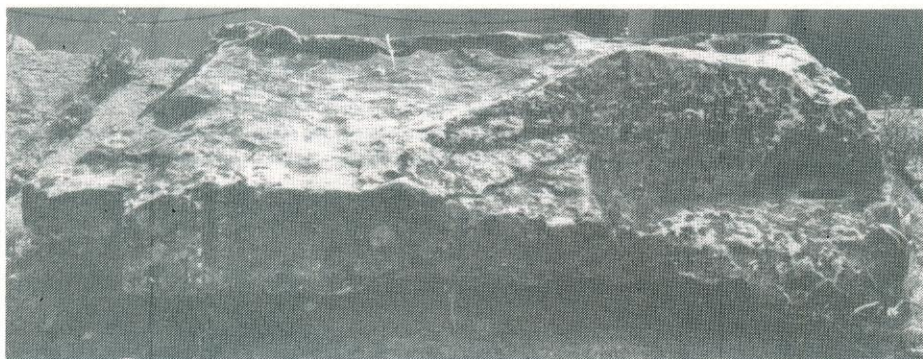
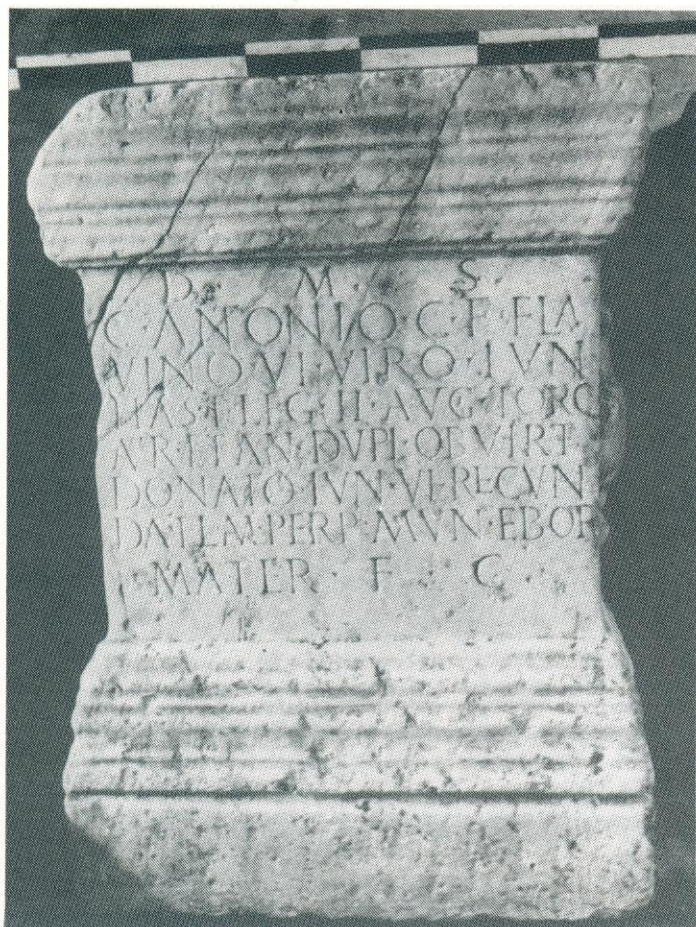
A expressão tem sido interpretada como designativa duma espécie de confraria, sob a invocação de Némesis, divindade abstracta de origem grega, protectora dos jogos agonísticos, confraria que parece também ter tido, pelo menos aqui, funções funerárias. Estes *amici nemesiaci* formariam, como escre-



Estas singelas seis letras — LIB, IVL — impressas com um carimbo no momento em que a canalização de chumbo estava a ser fundida, detêm uma grande importância científica: mostram o nome oficial de Évora no século I na nossa era: LIB(*eralitas*) IVL(*ia*). A designação dá a entender que a fundação da cidade se deve à liberalidade de Júlio, muito provavelmente de Júlio César, o general romano que, nos finais do Séc. I a. C., dominou com as suas legiões todo o Sul do actual território português

O facto de a canalização ter esta marca prova também que havia um fabrico próprio da cidade ou expressamente encomendado para a cidade

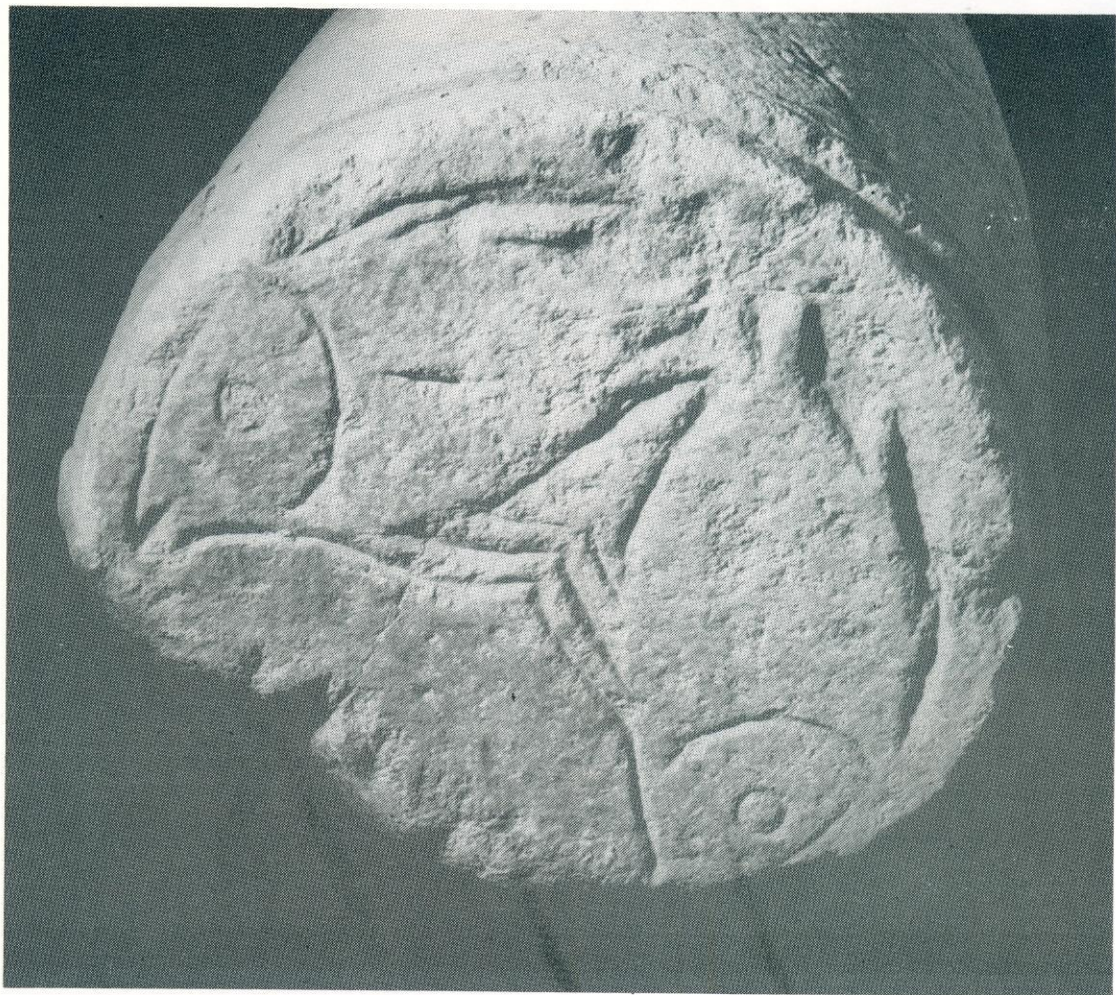
(Foto do Serviço Regional de Arqueologia do Sul, em cujas instalações a peça se encontra)



Em cima: O sábio renascentista André de Resende falsificou várias inscrições, a fim de glorificar o passado da cidade. Este é um dos monumentos epigráficos que ele quis fazer passar por romano. Guarda-se nas reservas do Museu Regional

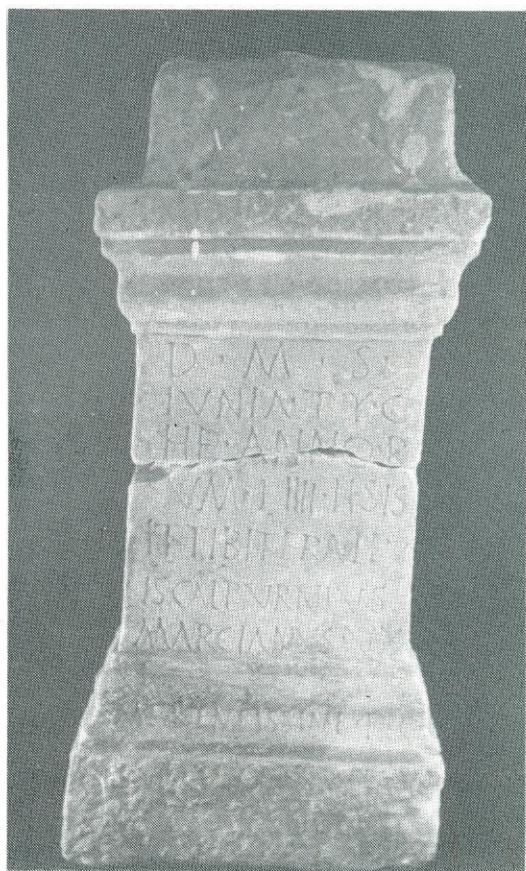
Em baixo: Encontra-se no pavimento do templo romano de Évora esta imponente ara de mármore, infelizmente muito deteriorada. O que resta do texto que teria é insuficiente para determinar se era dedicatória a um imperador (o templo estava dedicado ao culto dos imperadores e não à deusa Diana, como se diz) ou a uma divindade

(Foto de Delfim Ferreira)



Procede de Alcáçovas esta tampa de sepulcro que se evidencia no panorama dos monumentos epigráficos romanos do Sul de Portugal porque, sendo em forma de pipa, tem gravados num dos topos estes dois peixes, cujo verdadeiro significado e até identificação (gorazes?) se desconhecem

(Foto de Delfim Ferreira)

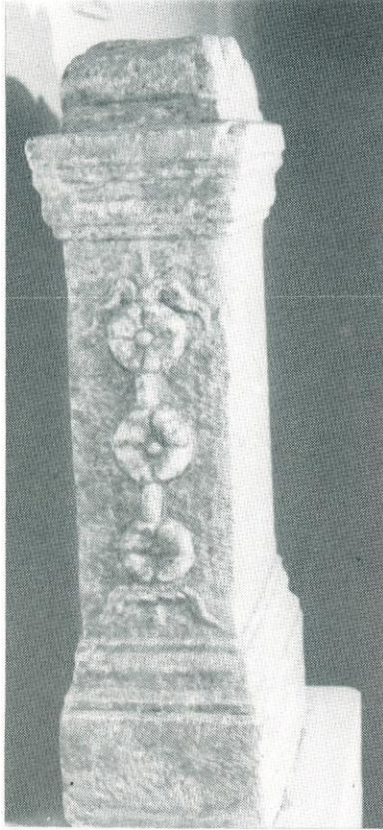


Em cima: O elegante jarro representado em baixo-relevo no monumento funerário pertencente a uma das famílias senatoriais da Évora romana. Raramente se encontra representação tão requintada. O jarro era um vaso ritual usado para as libações em honra do defunto

Em baixo: Mais um documento (este, guardado no Seminário Maior e procedente da muralha da cidade) onde bem se patenteia que, de todos os parâmetros culturais, o estético foi o mais facilmente assimilado enquanto que a ortografia demorou. Isso acontece hoje com os emigrantes: os esquemas de vida, os modos do país que os acolhe são rapidamente imitados; a escrita em língua estrangeira tem sempre maior dificuldade. Neste caso concreto, os pais da defunta deram-lhe um nome de origem grega, *Tyche*, a designação da deusa Fortuna, o que denota curiosos conhecimentos da mitologia; mas o epitáfio, em Latim, que lhe mandaram gravar está cheio de erros ortográficos



Assim se encontrava, na Herdade da Calada, a estela funerária romana identificada, em 1982, pela dr.^a Manuela Alves Dias. Apesar da sua rudeza e insignificância aparente, tem um epitáfio onde são claras as dificuldades sentidas pelos indígenas para adaptarem ao formalismo da linguagem epigráfica a sua linguagem oral, de todos os dias



Um contraste patente entre o nível da aculturação estética e o nível da aculturação linguística: dum lado, o requinte do arranjo floral dentro dos moldes clássicos das representações funerárias; do outro, uma inscrição com erros ortográficos



A·C·A·S·T·R·I·C·I·O·A·F·G·A·L
 I·V·L·I·A·N·O·P·A·T·R·O·N·O
 A·C·P·H·I·L·O·N·S·V·B·S·E·L·L·A·R·I·V·S·F

Em cima: Este singelo monumento destinado a ser colocado na sepultura dum jovem chamado Tito Caleu Marciano, falecido aos 20 anos de idade, informa-nos que existiu em Évora, no longínquo século II da nossa era, uma confraria cujos membros se chamavam entre si de "amigos" e tinham como padroeira a deusa grega Némesis

Em baixo: A partir do modesto fragmento guardado a um canto das reservas do Museu Regional de Évora desde 1976 foi possível reconstituir — com bastante probabilidade — uma importante inscrição que teria figurado no teatro romano da cidade. Refere a oferta feita por Filon, liberto e fabricante de bancos, ao seu patrono Castrício.

ve García y Bellido, «um *collegium iuvenum Nemesiorum*» relacionável com o que se refere na inscrição CIL XII 22, de Vintium, na Gália Narbonense, que deu a sua contribuição para o monumento («opus») que *Calpurnia Pamphilus* colocou em honra do pai, *P. Aelius Pamphilus*, «collignium» que o editor, Otto Hirschfeld, não relacionou com Nêmesis mas sim com um eventual povo dos Nemésios.

A interpretação dada à l. 8 vem, pois, retirar todas as dúvidas eventualmente ainda existentes acerca do conteúdo da expressão. Trata-se, de facto, de uma associação — juvenil, se quisermos, uma vez que um dos seus membros falece aos vinte anos — com objectivos de socorros mútuos, designadamente no que respeita aos rituais fúnebres dizia respeito, rituais que, neste documento, poderão estar enunciados, de forma um tanto esotérica, como é hábito, na fórmula *sob. pin* da l. 5. Poderiam ter, inclusive, um espaço sepulcral comum onde sepultassem os seus membros e os dois sestércios referidos serem, por isso, destinados, apenas, às despesas com a preparação do epitáfio.

Afigura-se-me apócrifa a palavra EMESIIAC escrita na base: não se justifica a falta do N a não ser pelo facto de não ser nítida para quem a quis copiar em baixo a primeira letra da penúltima linha do texto; o M tem forma significativamente diferente dos demais, a barra do segundo E é mais breve; o S, deitado, mais parece um F cursivo; os II são injustificadamente longos e inclinados. Trata-se numa gravação posterior destinada, quiçá, a identificar o conteúdo do monumento, reproduzindo de todas a palavra que lia melhor.

Não se devem tirar grandes ilações de documentos únicos. Mas será ir longe de mais se afirmarmos que este simples epitáfio é sintoma não apenas de uma vida religiosa organizada como também — e sobretudo — da inserção na cidade de cultos orientais, apanágio nesta época (século II da nossa era) dos centros urbanos mais cosmopolitas?

IV

UM TEATRO ROMANO EM ÉVORA

A INSCRIÇÃO E A SUA RECONSTITUIÇÃO

Quando se procedia à demolição de uma casa na Rua da Alcárcova de Cima, foi retirada dum das paredes um fragmento marmóreo epigrafado, que deu entrada no Museu Regional da cidade, em 1976, recebendo o n.º 2861.

Trata-se do fragmento de uma placa, levemente côncava no campo epigráfico, alisada na parte inferior. Feita de mármore branco do tipo do de Estremoz/Vila Viçosa, apresenta a face posterior toscamente desbastada. Estamos, por conseguinte, perante uma epígrafe destinada a ser incorporada num edifício e o leve rebordo inferior haveria de facilitar essa fixação. Por outro lado embora a parte superior não se encontre alisada também, não subsistem vestígios de letras que deixem suspeitar que algo falte no sentido transversal. A inscrição dispor-se-ia, conseqüentemente, em apenas três linhas e, se aten-

dermos às dimensões conservadas — $36 \times (39) \times 9,5$ — apresenta-se como bastante provável a hipótese de termos aqui sensivelmente a parte média duma placa cujo comprimento rondaria os 60-70 cm.

O texto conservado é, como se pode ver pela fotografia (foto 11), o seguinte:

TRICIO . A

OPATRO

ON . SVBSEL

Na l. 1, o T e o A reconstituem-se sem problemas, porque deles resta a maior parte do traçado. Na l. 2, a circunstância de apenas no vértice superior da haste vertical por onde a fractura ocorreu se ter feito a terminação triangular induz a ler aí um N. No final existente da l. 3, a continuação da ranhura inferior para a direita sugere, de preferência, a leitura L.

A diferença de módulos dos caracteres patente na inscrição (l. 1 = 6,8; l. 2 = 6,5; l. 3 = 4,3) aliada às medidas dos espaços interlineares (1: 4; 2: 4; 3: 3; 4: 5,5) faz pensar que as palavras da l. 3 estão, de certo modo, numa relação de dependência em relação ao que se escreveu nas linhas 1 e 2, cujas letras têm praticamente o mesmo tamanho. De resto, esta diferença de módulos pode dar também, desde já, a indicação (preciosa) de que o texto deve ser lido por quem se situe num plano inferior ao monumento.

Há pontos triangulares nas l. 1 e 3. Na l. 2, porém, PATRO parece ser claramente o começo da palavra PATRONO, até porque, se considerássemos estas sílabas como integrantes da palavra anterior, teríamos dificuldade em encontrar o vocábulo a que pertenceriam. Mais fácil se afigura, portanto, admitir a falta do ponto de separação antes do P, designadamente se estivermos perante a palavra PATRONO sobejamente conhecida para evitar dificuldades de interpretação. Além disso, o espaço interliteral ocupado pelo ponto na l. 1 é praticamente igual ao que separa o P do O.

Partindo do princípio que se deve reconstituir PATRONO na l. 2, o texto que precede este vocábulo constituirá a identificação da personagem assim qualificada. Pela forma das letras, o monumento é datável da primeira metade do século I da nossa era. Teríamos, pois, -TRICIO como a normal terminação do gentílico, a que se seguiria a filiação, a menção da tribo e o *cognomen*.

a) A família Castrícia

São relativamente raros os gentílios terminados em *-tricius*: *Castricius*, *Lustricius*, *Vi(c)tricius*, *Voltricius* e *Vultricius*. Destes, somente *Castricius* parece estar representado na Península. No Sul de Portugal, identifica uma família em Miróbriga (Santiago do Cacém — IRCP 151 e 159), mas o principal núcleo dos *Castricii* poderá ter sido o território da actual Sevilha, portanto *Hispalis* ou *Italica*, na Andaluzia, dado que se registam membros da

gens Castricia em Écija, em Jerez de la Frontera, em Sevilha. No museu desta cidade, encontra-se, além disso, uma placa, dedicada por *Castricius Victorinus* à neta, de nove anos, dada, porém, como oriunda de Mérida.

Vejam os que das referências peninsulares se poderá concluir acerca desta família: qual a sua origem? que prestígio tinha?

O texto de Écija não é elucidativo: são os pais (*parentes*) que homenageiam a filha, *Castricia Agathe*, falecida aos dezasseis anos. A circunstância de preferirem o anonimato pode ter, pelo menos, duas razões: ou são bastante conhecidos ou não querem mesmo ser identificados pelo nome. Não tenho, de momento, indicações precisas acerca da tipologia do monumento; mas se repararmos que *Agathe* é cognome com ampla conotação cultural, a possibilidade de estarmos perante uma família de libertos não é dispicienda.

Também não possuo elementos sobre as características do ex-voto feito a Hércules por *Q. Castricius R* (...), na cidade de Jerez. Contudo, a fórmula final D. D. tanto poderá significar *dono dedit*, «ofereceu», como *decreto decurionum*, «por decreto dos decurhões», e em ambas as hipóteses o dedicante sai prestigiado, quer se trate de oferta ao deus quer de homenagem pública de sua iniciativa mas com a intervenção do poder local.

O epitáfio de Mérida prima pela ternura e outra informação nos não dá que uma permanência aí de membros desta família pelo menos durante duas gerações.

Dos textos epigráficos de Miróbriga, se considerarmos que em IRCP 159 o gentílico não aparece completo, só IRCP 151 nos interessa particularmente. De facto, trata-se da homenagem feita por dois amigos a Gaio Ágrio Rufo, de ascendência indígena por parte do pai, Silão, mas *adlectus italicensis*, ou seja, feito cidadão honorário de Itália. Tal circunstância permite-nos relacionar, mais uma vez, a família Castrícia com a Bética, porque, embora a homenagem seja prestada em Miróbriga, o certo é que o homenageado teve ligações estreitas com Itália, a ponto de a comunidade o ter elevado à categoria de cidadão.

Deixei para último lugar CIL II 1183, inscrição que documenta a homenagem feita, a expensas suas, pelos *scapharii Romulae consistentes*, ou seja, pelos armadores instalados em Rómula, ao *primipilus L. Castricius Honoratus, homo bonus, ob innocentiam et singularem iustitiam eius*, «homem bom», «devido à sua bondade e notável espírito de justiça». Sylvie Dardaine e H. Pavis d'Escurac, para estudarem a epígrafe (1983), investigaram a distribuição deste gentílico no mundo romano e chegaram à conclusão de que ele é «corrente na Itália e bastante frequente em África» (p. 308), assinalando que, na Península Itálica, é sobretudo a Campânia a região onde este *nomen* mais se regista, verificando-se aí um predomínio do «*praenomen Aulus* nas tabuinhas enceradas» (p. 308, n. 8). No caso concreto de CIL II 1183, as autoras consideram que *L. Castricius Honoratus* foi seguramente um africano, investido de poderes conferidos pelo Estado, honrado pelos *scapharii* na sua qualidade de engenheiro militar, especialista em trabalhos de construção de diques e canais, «precioso técnico que deu a sua colaboração ao procurador Sex. Iulius Possessor» em meados do séc. II da nossa era (cf. *art. cit.*, p. 312 e 313). Honorato terá sido, certamente, o responsável por alguma das obras de bene-

ficiação do leito do Bétis, levada a efeito pelo corpo militar a que pertencia e, daí, a razão de ser da homenagem.

Os *Castricij* documentados na Bética poderão, por conseguinte, estar relacionados com este *L. Castricius Honoratus*.

Parece, pois, justificável reconstituir *Castricio* no texto de Évora, deixando, porém, em aberto o seu sobrenome (*cognomen*); a hipótese *Iulianus* (Juliano) caberia na epígrafe e teria como eventual justificativo a possibilidade de a família *Castricia* se ter ligado pelo casamento aos Júlios, abundantes na cidade.

Depois do gentílico, ainda na l. 1, teremos a filiação, mediante o *praenomen* paterno, *A(uli)*. Ora, como vimos, este *praenomen* é corrente apenas na Campânia. Por conseguinte, poderemos considerar lógica a hipótese de esta personagem ser oriunda — ou, de preferência, descendente de gente oriunda — da Campânia, sem uma relação evidente com os *Castricij* da Bética, que são posteriores.

Quanto à tribo, atendendo à viabilidade da sua integração numa família local, a inscrição na tribo Galeria conviria mais — essa, pois, a hipótese que se apresenta.

No final da l. 2, a seguir a PATRONO poder-se-ia pensar num adjetivo qualificativo (*optimo, benemerenti*) ou de posse (*suo*). Põe-se, porém, um problema de espaço para os superlativos. Juntar SVO, «seu», parece desnecessário; os exemplos que José Vives reuniu no seu livro (ILER 4946-4964) podem justificar essa omissão, dado que amiúde o possessivo se subentende.

b) *subsellarius*, fabricante de bancadas de mármore

Na l. 3, foi a segunda palavra que primeiro nos preocupou, na tentativa de esclarecermos o conteúdo da epígrafe.

De semelhante encontramos *subsellium*, assento usado no teatro, na cúria ou no tribunal. A inscrição de Roma CIL VI 2340 refere um *Tiberius Claudius Meliphongus Obultronianus* que se intitula *public(us) a subse(l)liis tribunorum*. Daqui se pode inferir a existência de um escravo ou de um libertado assim designado — *publicus a subse(l)liis* —, encarregado da manutenção e da distribuição desses assentos. De *subsellium* derivou *subsellarium*, o sítio onde, nos lugares públicos, nomeadamente no teatro, se colocavam os *subse(l)lia* dos magistrados. Aliás, a inscrição CIL I 1341 dá conta de que *L. Ateius Capito*, duúviro quinquenal, mandou fazer, a expensas suas e em propriedade particular, uma cúria, um *tabullarium*, um *scaenarium* e um *subsellarium*. E o fabricante de bancos seria, portanto, o *subse(l)liarius*, termo que surge numa outra inscrição de Roma (CIL VI 6055: A. VETVRIVS. C. L. TIRO / / SVPSELLARIVS [sic] — «Anio Vetúrio Tirão, libertado de Gaio, subse(l)lário».

Do nome concreto poderá ter derivado, por metonímia, a designação por que eram conhecidos os seus ocupantes, sobretudo no âmbito jurídico. Assim tem sido, aliás, entendida a passagem de Cícero, na carta a Bruto (*Fam.*, 13, 10), onde a expressão *versatus in utrisque subse(l)liis* serviu para identificar quem, no âmbito das causas privadas, era simultaneamente o juiz e o patrono. Num outro texto ciceroniano (Cíc., *Divin. in Q. Caec.* 15, 48), o tex-

to surge também na fórmula *a subselliis* para designar um perito em causas e assuntos forâenses.

Voltando à nossa epígrafe: o nome da personagem referida nas l. 1 e 2 está em dativo. Daí resulta que, na l. 3, estará, de preferência, a identificação do dedicante. Ora, -ON poderá ser a terminação de um nominativo grego: PHILON seria, por isso, uma hipótese, dado que se trata de um nome de que existem mais dois exemplos no Sul de Portugal (IRCP 186, 333a). O *prae-nomen* e o *nomen*, por coincidirem, verosimilmente, com o do *patronus*, viriam em sigla: haveria espaço para eles. Da comparação com a citada inscrição CIL VI 6055 resulta que a menção da sua profissão — *subsellarius* (de preferência a *subsellarius* por causa do espaço disponível) — se afigura, pois, bastante plausível.

Por consequência, a proposta de reconstituição da epígrafe é a seguinte:

A CASTRICIOAFGAL
IVLIANOPATRONO
ACPHILONSVBSELLARIVSF

[A(ulo) CASTRICIO . A(uli) [F(ilio) GAL(eria tribu?)] / [IVLIA?]NO PATRO-
[NO] / [Aulus) C(astricius) PHL(?)ON . SVBSEL[LARIVS F(icit)]

Para Aulo Castrício Juliano (?), filho de Aulo, da tribo Galéria (?), patrono — Aulo Castrício Filon, subselário, fez.

O MONUMENTO ONDE ESTEVE INSERIDA

Resta, agora, esclarecer em que tipo de monumento a epígrafe ficaria inserida.

Dois pormenores merecem atenção: a circunstância de o campo epigráfico estar levemente côncavo e as suas dimensões — pouco menos de 40 cm de altura e a eventualidade de o seu comprimento não exceder os 60/70 cm. Parece, portanto, adequada a ocupar a parte dianteira duma bancada, sob o assento.

Não disponho, de momento, de paralelos, mas a hipótese afigura-se aliciante. Teria sido este o modo escolhido pelo liberto Filon para homenagear o seu patrono, ao mesmo tempo que lhe reservava o lugar nesse espaço público. A possibilidade de, para o efeito, utilizar o mármore das pedreiras vizinhas (Estremoz e Vila Viçosa) torna a ideia mais verosímil, uma vez que as Actas dos Fratres Arvaes (CIL VI 32 389) referem precisamente um SVBSEL-L(arius) MARM(orarius).

E que espaço público seria esse?

Liberalitas Iulia Eboræ, como município, teria cúria. Mas o exercício de funções judiciais, privilégio e dever dos magistrados, não lhes taria decerto prestígio tão grande como a presença notada em espectáculos públicos. Por isso, um banco próprio, com inscrição, não lhes interessaria muito na cúria.

cf. SEARANO,
1988, 218
cf. KORNHOFF,
1981

Pela sua importância, *Ebora* teria, no entanto, teatro. Ainda se não encontrou, mas — segundo amável informação do Prof. Jorge Alarcão — há todos os indícios de que ele possa fazer ainda sob o casario a sul da Sé que dá, em semicírculo, para a Rua de S. Manços e, a oriente, para as ruas de Cenácufo e Freiria de Baixo. Aí se situa o paço dos Selborosos, vulgarmente conhecido por casa de Garcia de Resende. Por outro lado, como também nos sugeriu Jorge Alarcão, ocorre, na toponímia da cidade, uma Rua da Sellaria (*via sellaria*, actual 5 de Outubro), perto, aliás, da Rua da Alcárcova de Cima, donde provém esta inscrição. O nome dessa rua — em que se localiza uma das torres da chamada «muralha goda» e donde provém a epígrafe eventualmente dedicada à imperatriz Fúria Sabínia Tranquilina (IRCP 380) . . . — pode, pois, estar relacionado não apenas com a presença de casas de seleiros («porque aí habitam artifices curtidores», explica André de Resende, no livro V, p. 34, das suas *De Antiquitatibus Lusitaniae*), mas talvez também com o achado de outras pedras, idênticas a esta, onde apenas estivesse legível SELLARIA ou algo semelhante.

De qualquer modo, esta singela epígrafe poderá ser, por conseguinte, a primeira prova real da existência de um teatro na Évora romana — com todas as implicações de ordem cultural que isso representa.

BIBLIOGRAFIA CITADA

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

DAEHNHARDT (R.), *Lusitanos: quem somos?* Lisboa, 1987.

DARDAINE (S.) e ESCURAC (H. Davis d'), *Le Baetis et son aménagement: l'apport de l'épigraphie (CIL II 1183 et 1180)*, «Ktema» 8 1983 307-315.

ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.

GARCÍA Y BELLIDO (A.), *Les religions orientales dans l'Espagne romaine*, Leiden, 1967.

HÜBNER (E.), *Corpus Inscriptionum Latinarum II*, Berlim, 1869 e 1892 (suplemento).

ILER: vide VIVES. (O número indicado a seguir a ILER refere-se ao número da inscrição neste corpus).

IRCP: vide ENCARNAÇÃO. (O número indicado a seguir a IRCP refere-se ao número da inscrição neste corpus).

ORS (Álvaro d'), *Epigrafía jurídica de la España romana*, Madrid, 1953.

PEREIRA (Gabriel), *Estudos Eborenses*, Évora, 1886-1894.

VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.